

Mensagem do Legislativo nº 002/2020

Charrua/RS, 16 de março de 2020.

Senhores Vereadores:

Ao cumprimentá-los cordialmente, apresentamos o Projeto de Lei do Legislativo nº 02/2020, que fixa o reajuste dos subsídios dos Vereadores, Prefeito, e Vice-Prefeito, através da revisão geral anual dos valores.

O reajuste é dado de acordo com os limites preceituados na Constituição Federal, conforme dispõe o artigo 37, inciso X:

Art. 37. (...);

“X - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o §4º do art.39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegura revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices”.

Nesse sentido, cabe ao Poder Legislativo fixar os subsídios dos funcionários da Câmara de Vereadores, dos servidores municipais, bem como do Prefeito e Vice-Prefeito, fulcro no Art. 30, inciso I, alínea “e” e Art. 31, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, sendo constitucionalmente assegurada a revisão geral anual, conforme dispõe o artigo 37, inciso X, da Constituição Federal.

Desta forma, considerando que os indicadores econômicos demonstram que os índices inflacionários persistem num patamar anual que contribui para a perda do poder aquisitivo, e ainda, que o gasto com pessoal referido no presente projeto de lei está de acordo com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, Plano Plurianual, Lei Orçamentária em vigência, bem como aos ditames da Constituição Federal e Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, a presente proposição mostra-se legal e constitucional.

Por esse motivo, propõe-se a concessão de reajuste de **3,20% (três vírgula vinte por cento)** para a preservação do poder aquisitivo, tendo por base o valor calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, relativo ao IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) compreendido entre a data base: abril de 2019 e fevereiro de 2020; o qual não configura aumento real do subsídio dos Agentes Políticos, que só pode sofrer alteração quando fixado em uma legislatura para a subsequente.

Assim, o reajuste anual é concedido na mesma data do funcionalismo público municipal, a fim de recompor as perdas inflacionárias, e acompanha a saúde financeira do Município, conforme estudo de impacto do gasto com pessoal em relação à receita corrente líquida, atendendo, sobretudo, os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000).

Pelo exposto, solicitamos aos Nobres Vereadores que apreciem imediatamente o Projeto de Lei em voga, em face da necessidade dos reajustes apontados, em regime de urgência.

Atenciosamente,

VER. ROGÉRIO LUIZ MARTINELLO
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

PROJETO DE LEI LEGISLATIVO Nº 002/2020, EM 16 DE MARÇO DE 2019.

**CONCEDE REAJUSTE AOS SUBSÍDIOS DOS
VEREADORES, PREFEITO, E VICE-PREFEITO.**

ROGÉRIO LUIZ MARTINELLO, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Charrua, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições que lhes conferem os Art. 30, inciso I, alínea “e” e Art. 31, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, FAÇO SABER, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou a seguinte Lei:

Art. 1º. Ficam reajustados os subsídios dos Vereadores, Prefeito, e Vice-Prefeito, no percentual de 3,20% (três vírgula vinte por cento) a título de recomposição das perdas inflacionárias anual dos Agentes Políticos, com base no IPCA, a contar de 1º de abril de 2020.

Parágrafo Único – O reajuste concedido refere-se à revisão geral anual de acordo com as disposições do inciso X, do art. 37 da Constituição Federal e Lei Complementar nº 101/00.

Art. 2º. O valor das diárias, conforme prevê o art. 3º da Lei Municipal nº 151, de 07 de março de 1997, não sofrerão reajustes, aplicando-se, para tanto, o último reajuste concedido na Lei Municipal nº 641 e Lei Municipal nº 642, de 26 de abril de 2007.

Parágrafo Único – Aplica-se o reajuste proporcional desta Lei aos valores constantes na base de cálculo dos subsídios e verba de representação, elencados na Tabela de Diárias do art. 2º da Lei Municipal nº 151, de 07 de março de 1997.

Art. 3º. As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta das respectivas dotações.

Art. 4º. A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos, entretanto, a partir de 1º de abril de 2020; revogadas as disposições em contrário.

Sala de Sessões Valdir Augusto Hann, em 16 de março de 2020.

VER. ROGÉRIO LUIZ MARTINELLO
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores